

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Conversa no Uber

Em princípio, não tenho simpatia pelo Uber ou por qualquer modelo de negócio sem regulação ou controle. Não tenho dúvidas de que a desregulação leva a um estado de barbárie. É muito estranho, você pede o serviço e chega um carro sem qualquer identificação. Seu destino fica nas mãos de um aplicativo. Todos os meus amigos utilizam transporte por aplicativo, mas continuo com as minhas reservas.

No entanto, precisei usar os serviços do Uber e fui atendido por uma moça de sotaque nordestino. Eu gosto de conversar com motoristas, pois eles sempre trazem informações, observações ou histórias interessantes.

Para puxar conversa, perguntei à moça se ela gostava do ofício e ela comentou: "Trabalhava com RH, mas, com a crise econômica, perdi o emprego, peguei o carro, inscrevi no Uber e comecei a trabalhar. Tem muita gente desempregada. É o que está salvando a gente."

"Você gosta de trabalhar de motorista?"

"Gosto muito, sempre gostei muito de dirigir, não tenho preguiça. Transformei a habilidade em profissão. Gosto tanto que, alguma vezes, trabalho à noite."

"Mas não é um pouco perigoso trabalhar à noite?"

"Muito!"

"E vocês têm algum aplicativo para garantir a segurança?"

"Temos".

"Qual deles?"

"É Deus! Mas temos um sistema de comunicação, e o GPS ajuda na localização".

"Já viveu alguma situação de insegurança?"

"Claro, várias. Em uma delas, uma moça pediu uma corrida para a Ceilândia. Mas, quando chegou próximo à cidade, ela me comunicou: 'Moça, eu disse que era para a Ceilândia porque fiquei com emdo de que você recusasse a corrida se eu disse que o destino era Sol Nascente'. Perguntei qual era o endereço, e ela respondeu que não saberia dizer, seria preciso me guiar até chegar ao destino".

"E conseguiu c hegar lá?"

"Rodei por muitas vielas e becos tortuosos. Até que cheguei a um lugar estranho. A sensação era a de estar em uma favela do Rio de Janeiro. As pessoas andavam armadas pelas ruas, em frente a casas onde rolavam funk. Nunca pensei que pudesse existir algo assim dentro de Brasília".

"E como é que saiu de lá?"

"Liguei para os colegas e um motorista que conhecia a região foi lá me ajudar a sair. Ele disse: 'Essa é área é muito perigosa. Nunca mais aceite uma corrida para cá. Você teve sorte de não ter acontecido nada com você'. Felizmente, saímos sem nenhum problema e eu voltei em paz para casa."

Cheguei a meu destino e desejei boa sorte àquela trabalhadora. Só Deus mesmo para protegê-la. "Que Deus te proteja!". E ela respondeu: "Amém!"

RECURSOS / Responsáveis pelas pastas que recebem aporte do Fundo Constitucional afirmam que a verba é importante para levar serviços básicos até as regiões mais vulneráveis e que o corte pode afetar tais investimentos

Muita demanda, pouca estrutura

» ARTHUR DE SOUZA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mais de 10 mil pessoas moram em Santa Luzia, na Estrutural, e não contam com iluminação pública, o que reflete na insegurança

Se de um lado as demandas por serviços essenciais aumentam nas áreas mais carentes do Distrito Federal, do outro o governo da capital da República destaca a importância do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para ajudar a mitigar esses problemas sociais. Os responsáveis pelas pastas que recebem o aporte do Fundo Constitucional afirmam que o recurso é importante para levar serviços básicos até as regiões mais vulneráveis e que o corte pode afetar tais investimentos.

O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, destacou ao **Correio** a relevância do repasse — da forma como é calculado atualmente — para manter a prestação dos serviços. "A redução do repasse anual do Fundo Constitucional pode acarretar uma série de prejuízos, pois é a única fonte de recurso da Segurança Pública do DF. Esse limite em nossa capacidade de investir e em contratar novos profissionais pode impactar diretamente na segurança e qualidade de vida da população, incluindo regiões mais vulneráveis do DF", comentou.

A Secretária de Educação (Seedf), Hélvia Paranaguá, disse que a pasta tem priorizado os investimentos nas áreas em constante crescimento no Distrito Federal, como o Sol Nascente e o Arapoanga, por exemplo. "Tudo isso para levar uma educação de qualidade para perto de onde moram os estudantes. Para isso, são necessários investimentos na construção de novas escolas e um possível congelamento do FCDF vai impactar fortemente nesse sentido", alertou. "Sabemos que, sem o Fundo Constitucional, teremos que fazer cortes para pagar a folha salarial e um deles seria justamente nos investimentos, que permitem a melhoria da infraestrutura da rede de ensino", ressaltou Hélvia.

Desigualdade

Mesmo com os aparelhos públicos disponíveis, o geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) Aldo Paviani acredita que o Distrito Federal tem um abismo social a ser observado. "Em sua evolução socioespacial, a capital do país se tornou uma cidade extremamente desigual, com bolsões de pobreza", avalia o especialista (**leia mais em Artigo**).

Isso reforça a necessidade da manutenção do Fundo Constitucional, de acordo com o coordenador de graduação em economia, gestão pública e financeira do Centro Universitário Iesb, Riezo Silva. O especialista detalha como o congelamento pode afetar cada uma das áreas.

"Falando da segurança, especificamente, um possível corte do Fundo Constitucional pode afetar o setor em todo o DF. Quando não se combate a criminalidade nas pontas, reflete na área central", observa. "Em termos de saúde, a mesma coisa. Se não tiver médicos suficientes nesses locais, a população não vai ser atendida devidamente, além de sobrecarregar as unidades de outras regiões", pontua. "Na educação, como uma parte do fundo paga os professores, com menos recursos, a dificuldade para manter a folha salarial e realizar contratações aumenta, fazendo com que novas matrículas fiquem inviáveis", alerta Silva.

Sobre as regiões

» Arapoanga (47.829 habitantes)
São 12.815 unidades ocupadas, com uma média de 3,73 moradores por domicílio. Já a renda domiciliar estimada foi de R$ 2.270,00, que resulta em um valor médio por pessoa de R$ 888,60.

» Santa Luzia (10.273 habitantes)
São 2.544 unidades ocupadas, com uma média de 4,04 moradores por domicílio. Já a renda domiciliar estimada foi de R$ 1.747,40, que resulta em um valor médio por pessoa de R$ 572,60.

» Sol Nascente/Pôr do Sol (93.217 habitantes)
São 29.114 unidades ocupadas, com uma média de 3,2 moradores por domicílio. Já a renda domiciliar estimada foi de R$ 2.188,30, que resulta em um valor médio por pessoa de R$ 915,50.

Fonte: PDAD/IPEDF

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

A região Sol Nascente/Pôr do Sol abriga 93,2 mil pessoas que necessitam de serviços básicos

Equipamentos

Para atender os 93,2 mil moradores do Sol Nascente/Pôr do Sol, a Secretaria de Saúde (SES-DF) disse que tem duas unidades básicas de saúdes, uma unidade de pronto atendimento (UPA) e o Hospital da Cidade do Sol. Muitos também recorrem ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC). Na parte educacional, a Secretaria de Educação ressaltou que Sol Nascente/Pôr do Sol é abrangida pela Coordenação Regional de Ensino (CRE) Ceilândia, com apenas seis unidades escolares, que atendem 4.172 alunos.

A Polícia Civil (PCDF) disse que duas delegacias são responsáveis por atender os moradores da região de Sol Nascente/Pôr do Sol, a 19ª DP e 23ª DP. Em relação à Polícia Militar (PMDF), a corporação destacou que o 10º Batalhão é responsável pelo policiamento no Sol Nascente, enquanto o 8º Batalhão patrulha o Pôr do Sol.

Sobre Arapoanga e Santa Luzia, a Seedf informou que a comunidade localizada em Planaltina é atendida por cinco unidades escolares, que atendem 2.741 estudantes. Enquanto isso, Santa Luzia tem à disposição a Escola Classe 03 da Estrutural, a qual tem 479 alunos matriculados.

Na área da segurança pública, a delegacia que atende os moradores de Arapoanga é a 6ª DP (Paranoá), enquanto a unidade responsável pela comunidade Santa Luzia é a 8ª DP (Estrutural). A PM tem um batalhão para cada comunidade: o 14º Batalhão atende Arapoanga e o 15º atua em Santa Luzia. Por questões estratégicas, a corporação não divulgou o efetivo empregado em cada uma das regiões.

ARTIGO

» POR: ALDO PAVIANI,
geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília

Desigualdades socioespaciais

Em fins da década de 1950, o presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira (JK) desejou implementar o que chamou de "Meta síntese", isto é, a transferência da capital da República brasileira para o interior. Essa era uma aspiração que remonta a Tiradentes e que JK expôs em seu livro Porque Construí Brasília, com 370 páginas (Editora Bloch, 1975). A obra indica o desejo de "integração nacional". Junto a isso, pensou no "desenvolvimento do país" utilizando rodovias federais (as BRs), uma trama unindo o território nacional. Olhando-se retrospectivamente, esse objetivo ficou conhecido como "rodoviarismo", uma vez que não havia recursos para a construção de ferrovias tal como em outros países com grandes territórios.

A transferência da capital foi exitosa, mas considera-se que o Brasil possui desigualdades na distribuição da renda, com diversidade de salários e de riquezas entre as cinco grandes regiões — o Nordeste com bolsões de pobreza vis-à-vis com ao Sul, possuidor de maior desenvolvimento econômico e social. A transferência da capital para a região do Cerrado foi um sucesso no povoamento do interior.

Todavia, Brasília em sua evolução socioespacial se tornou uma cidade extremamente desigual, com bolsões de pobreza. A capital possui a maior favela brasileira, tal como é considerado o Sol Nascente-Pôr do Sol, com cerca de 90 mil habitantes. A Codeplan na PDAD de 2021 mostra que a diferença de renda entre as regiões mais pobres e mais ricas do DF é de R$ 12.108,89, enquanto que a renda média do país é de R$ 6.329,14. Ainda segundo dados do IBGE, a comunidade do Pôr do sol-Sol Nascente possui renda média de R$ 915,00, enquanto o Lago Sul revela a renda mais elevada por pessoa chegando a R$ 10.979,00.

Os dados acima mostram uma evolução social e espacial preocupante para o futuro e esperam-se medidas para atenuar essas desigualdades na capital de um país com tantas riquezas e potencialidades.